

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para secretário da Fazenda, elevar tributo de bancos prejudicaria crédito ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Entidade suspeita de desviar R\$ 2 bi do INSS repassou a buffet e firma de viagem ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo foi alertado por diferentes órgãos sobre aumento de fraudes ..... 7

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT  
SEGURIDADE SOCIAL

Idosos são vítimas de um novo golpe ..... 8

G1 - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Os sinais de alerta de burnout que você não deve ignorar ..... 10

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Descontos indevidos em aposentadorias e pensões prejudicaram fila do INSS, diz auditoria do instituto ..... 13

PORTAL R7 - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Auditoria do INSS aponta 1,9 milhão de pedidos para excluir desconto ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Análise: Lupi luta para ficar na Previdência, mas desgaste só aumenta ..... 16

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

PF investiga pagamentos a servidores do INSS ..... 19

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Às portas do Judiciário - ilegalidade nos descontos do INSS (Artigo) ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - MINERAÇÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto seletivo ameaça aportes, diz Ibram ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária leva empresas a renegociar contratos ..... 23

O GLOBO - RJ - SAÚDE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prevenção para o combate ao câncer - BEM ESTA ..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Tarifação poderá ter impacto semelhante ao da Covid nos EUA ..... 27

Terça-Feira, 29 de Abril de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Déficit externo supera IDP pela 1a vez em 5 anos ..... 29

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

Preço do tomate acumula alta de 26% no 1 trimestre de 2025 ..... 31

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Mercado financeiro faz leves ajustes nas projeções (Artigo) ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
ECONOMIA

Tensão comercial alavanca preço do ouro ..... 33

# Para secretário da Fazenda, elevar tributo de bancos prejudicaria crédito

Elevar a tributação sobre os bancos para compensar parte da isenção ampliada do Imposto de Renda para pessoas físicas, para até R\$ 5 mil, como proposto pelo Partido Progressista (PP), é uma alternativa "injusta" que pode tornar o crédito mais caro à população. A avaliação é do secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, para quem, em essência, a proposta feita pelo PP acaba tendo um efeito "regressivo" e vai prejudicar as classes mais pobres.

"Pode parecer que a gente estaria fazendo justiça, mas na verdade estaria fazendo injustiça, na minha visão. No Brasil, por definição, quem mais toma crédito são os mais pobres. Aumentar a tributação dos bancos nesse momento, quando ela já é bastante alta, fora de qualquer padrão mundial, eu temo que isso te-ria um efeito regressivo", disse o secretário em entrevista ao Estadão/Broadcast.

A proposta do PP, partido do relator do projeto, Arthur Lira (AL), elevaria em 5% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), paga por instituições financeiras com lucro líquido anual superior a R\$ 1 bilhão, para compensar parte da renúncia fiscal do aumento da faixa de isenção do IR - cuja proposta, na forma de um projeto de lei, foi enviada pelo governo ao Congresso no mês passado. A sigla ainda sugeriu outras medidas, como um corte horizontal em benefícios fiscais.

A Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febra-ban) já criticou publicamente a sugestão de alta na tributação sobre a CSLL.

O Ministério da Fazenda tem batido na tecla de que o modelo de compensação proposto pelo governo é o mais justo ao efetivamente cobrar de pessoas físicas de mais alta renda que pagam pouco IR.

O auxiliar do ministro Fernando Haddad (Fazenda) reforçou esse ponto e argumentou que a tributação do imposto mínimo é até mais "popular" que a isenção ampliada a quem ganha até R\$ 5 mil.

"As pessoas se sentem injustiçadas. Todo mundo paga o imposto de um lado e aquele que ganha mais não paga, não

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta

(Re-publicanos-PB), disse ontem que ainda não há sinalização sobre como se dará a compensação para o projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda. As declarações foram dadas durante o evento J. Safra Macro Day 2025, em São Paulo. Segundo Motta, o relator do projeto, Arthur Lira (PP-AL), deve dialogar com os demais deputados sobre a proposta.

"Achar que o Congresso não vai mexer na proposta é faz sentido", disse Pinto.

CONVENCIMENTO. Pela fórmula da Fazenda, quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês pagará um imposto mínimo de até 10%, cuja cobrança efetiva é regulada com os **tributos** já pagos pelas empresas - se ultrapassar uma carga de 34% (para a maioria dos setores), haverá devolução. Segundo o secretário, a pasta tem tido conversas informais com parlamentares para explicar esse modelo, o que tem elevado o nível de entendimento e, em consequência, o apoio ao projeto, segundo ele.

## LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES.

A aferição com base na tributação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), contudo, fez tributaristas levantarem preocupações sobre o impacto em quem é remunerado por empresas que fazem parte do regime de lucro presumido e do Simples, cujas alíquotas efetivas médias são de 11% e 6%, respectivamente, portanto, menores ainda em relação ao lucro real.

Sobre essa questão, Marcos Pinto afirmou que essas companhias continuarão a apurar o IR e a CSLL da mesma forma e argumentou que são "muito poucos" os empresários do Simples que recebem mais de R\$ 600 mil por ano e que, portanto, serão afetados. Segundo ele, os dados mais detalhados estão com a **Receita Federal**. No caso do lucro presumido, esse número aumentará, admite ele, já que o limite anual de faturamento é de R\$ 78 milhões, ante R\$ 4,8 milhões do Simples.

Mesmo assim, o secretário defende que a alíquota combinada ainda será menor do que o IR cobrado de empresas em "qualquer país desenvolvido".

"Numa média de alíquota do (lucro) presumido em 11%, somado ao imposto mínimo máximo de 10%,

seria uma alíquota combinada de 21%. Ela é mais baixa do que a alíquota de imposto de renda de pessoa jurídica de qualquer país desenvolvido", disse. "Na média, o lucro presumido vai continuar sendo vantajoso em relação ao lucro real", concluiu.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Entidade suspeita de desviar R\$ 2 bi do INSS repassou a buffet e firma de viagem

**RAYSSA MOTTA FAUSTO MACEDO**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) é suspeita de desviar R\$ 2 bilhões de aposentados entre janeiro de 2019 e março de 2024. Os cálculos são da Polícia Federal (PF). Os investigadores miram agora os beneficiários das supostas fraudes. A PF já identificou que uma agência de viagens, uma empresa de locação de estruturas para eventos e uma empresa de buffet receberam transferências fracionadas da confederação.

As informações foram obtidas a partir de uma análise detalhada do fluxo financeiro da Contag. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) alertou a PF sobre a saída de R\$ 26.457.531,95 das contas da confederação para 15 pessoas físicas e jurídicas ligadas aos setores de turismo, alimentação e eventos, além de federações estaduais vinculadas à Contag. As transferências foram fracionadas, o que levantou suspeitas.

A confederação afirmou que coordena mais de 3,8 mil sindicatos e que "sempre atuou com ética, responsabilidade e tem se empenhado ativamente no aperfeiçoamento da gestão e na fiscalização dos projetos e convênios que administra".

As movimentações suspeitas levaram o juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 15.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal do Distrito Federal, a autorizar buscas na sede da Contag e nos endereços de empresas que receberam transferências da confederação.

Os mandados foram cumpridos na última quarta-feira, durante a Operação Sem Desconto - deflagrada pela PF e a Controladoria-Geral da União (CGU).

A investigação identificou um esquema fraudulento de deduções indevidas em benefícios de aposentados e pensionistas do **INSS**.

'ENRIQUECIMENTO ILÍCITO'.

Em sua decisão, o juiz afirmou que há "indícios seguros" de que "responsáveis pela Contag, entre 2019 e 2024, realizaram (e continuam promovendo) descontos associativos indevidos de milhares de aposentados e pensionistas do **INSS**, ação que pode ter ocasionado enriquecimento ilícito dos envolvidos,

com possível ocultação de patrimônio e de movimentações financeiras".

Outro dado levantou suspeitas da PF. Em novembro de 2023, o **INSS** autorizou o chamado desbloqueio em lote de descontos em pelo menos 34 mil pensões e aposentadorias em benefício da Contag. A PF afirma que a decisão, que atendeu a um pedido da própria entidade, "foi tomada com base em justificativas que se mostraram infundadas e contrárias à legislação".

Os beneficiários do **INSS** podem aderir a associações civis e sindicatos e autorizar descontos mensais em seus contracheques para cobrir custos de filiação. Para isso, as entidades devem estar habilitadas no **INSS** e precisam receber autorização "prévia, pessoal e específica" de aposentados e pensionistas interessados.

Para a PF, o desconto em lote ignorou a exigência de autorização expressa dos aposentados e, nesse sentido, "não se orientou por evidências que pudessem demonstrar a real intenção do segurado quanto ao desbloqueio do benefício para desconto".

A Contag está na lista de entidades suspeitas de envolvimento em um megasquema de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões pagas pelo **INSS**.

As suspeitas levaram o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, a pedir demissão após ter sido afastado do cargo por ordem judicial.

Segundo a investigação, os dados dos aposentados foram obtidos com servidores do **INSS**, mediante o pagamento de propinas. As informações teriam sido cadastradas em associações suspeitas, sem o conhecimento dos aposentados, para operar os descontos indevidos nos contracheques.

'GESTÃO'. Em nota, a Contag afirmou que coordena federações estaduais e sindicatos "que atuam na luta pela garantia, manutenção e ampliação de direitos de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, entre os quais estão aposentados, aposentadas e pensionistas rurais que fazem parte do quadro associativo e que autorizam o desconto da sua contribuição".

A confederação diz ainda que "tem se empenhado ativamente no aperfeiçoamento da gestão e na fiscalização dos projetos e convênios que administra, sempre em conformidade com as normas legais".

"Neste momento, a entidade reitera seu respeito às instituições democráticas e o compromisso com a legalidade em todas as suas ações, e se coloca à disposição para colaborar com as investigações em curso, defendendo a total transparência do processo investigatório e apuração devida dos fatos."

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo foi alertado por diferentes órgãos sobre aumento de fraudes

O governo Lula foi alertado por diferentes órgãos sobre a disparada de fraudes nas mensalidades ilegais descontadas de aposentadorias e pensões do **INSS** desde 2023. Documentos mostram que os alertas vieram do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público, do Conselho Nacional de **Previdência Social** e de auditores do próprio **INSS**.

Em 2023, a CGU iniciou investigação após denúncias. O órgão justificou o trabalho "devido ao súbito aumento no montante dos descontos (de R\$ 536,3 milhões em 2021 para R\$ 1,3 bilhão em 2023)", além de "fragilidade dos controles mantidos pelo **INSS** para a realização desses descontos". "Mesmo conhecendo a existência de denúncias e a falta de capacidade operacional necessária para acompanhamento dos ACTs (acordos de cooperação técnica, assinados com os sindicatos), o **INSS** não implementou controles suficientes para mitigar os riscos", diz relatório da CGU.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, foi informado, em junho de 2023, de um aumento de denúncias de descontos sem autorização durante reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social**. Ontem, Lupi se defendeu. Em reunião do conselho, apresentou auditoria feita pelo **INSS** como a "prova cabal" de que ele agiu.

"Pedi, à época, que o **INSS** começasse a apurar as denúncias.

Levou-se tempo demais. O ministério sempre atuou firme.

Não tem nenhuma acusação contra mim. Afastei um servidor pela morosidade." O TCU também fiscalizou os descontos e, em junho do ano passado, determinou que o governo só autorizasse novos descontos com assinatura eletrônica avançada e biometria.

Já auditoria do **INSS**, concluída em setembro 2024, identificou falhas do próprio órgão.

Técnicos apontaram R\$ 45,5 milhões em descontos indevidos entre janeiro de 2023 e maio de 2024. As conclusões foram encaminhadas para o comando do instituto.

MEDIDAS. Governo e Ministério da Previdência disseram que tomaram providências para coibir irregularidades. A primeira medida listada é de janeiro de 2024, quando o **INSS** divulgou como pedir o bloqueio de descontos não reconhecidos.

Além disso, o governo citou norma de 2024 que determinou que o desconto teria de ser formalizado com assinatura eletrônica e biometria. | DANIEL WETERMAN E GABRIEL HIRABAHASI

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Idosos são vítimas de um novo golpe

**Silvana Bazani**

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) são vítimas de um novo golpe. Após suspensão de descontos não autorizados de mensalidades associativas que afetaram 97,6% dos benefícios previdenciários desde 2016 e somaram R\$ 6,3 bilhões, os segurados passaram a ser abordados por golpistas prometendo devolução dos valores descontados.

Diante das tentativas de golpes, o Ministério da Previdência emitiu **comunicado** alertando para que aposentados e pensionistas evitem acessar links enviados por e-mail, aplicativo de mensagem ou outro meio com promessa de ressarcimento de descontos de mensalidades associativas. Em Mato Grosso, os golpes pela internet representam mais da metade (70%) dos meios utilizados em casos de estelionato. Somente no 1º bimestre deste ano foram 2.859 ocorrências por meios digitais de um total de 4.089 registros, segundo informações da Delegacia Especializada de Estelionato e Outras Fraudes de Cuiabá. "Não existe um perfil definido de vítimas. Os criminosos fazem ataques em massa e esperam pegar alguém que está desatento", diz o delegado Pablo Carneiro.

A Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e Controladoria Geral da União (CGU) na quarta-feira (23) e que resultou na suspensão dos descontos não autorizados de mensalidades associativas dos segurados do **INSS** na última quinta-feira (24) expôs a vulnerabilidade dos aposentados e pensionistas, alvos frequentes de golpes, observa a advogada previdenciária Talissa Nunes. Delegado titular da Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor (Decon), Rogério da Silva Ferreira acrescenta que os segurados do **INSS** não percebiam ou não entendiam os descontos nos pagamentos dos benefícios previdenciários, que ocorreram por anos consecutivos, sem que os aposentados e pensionistas conseguissem suspender a subtração dos valores.

Tais fraudes resultaram em diversos boletins de ocorrência na Decon e reclamações no Procon Estadual. Somente em 2025, foram registradas 18 queixas contra 12 associações previdenciárias junto ao Procon. De acordo com o **INSS**, os segurados prejudicados com desconto não autorizado de mensalidade associativa em abril terão a devolução em maio. A restituição de valores descontados antes de abril de 2025 serão avaliados pela AGU.

**Site: <https://www.gazetadigital.com.br>**

# Os sinais de alerta de burnout que você não deve ignorar

**Por Angela Henshall**

Amy estava no auge da carreira como executiva de marketing em uma das maiores empresas de saúde do mundo, trabalhando sob constante pressão.

Ela precisou tirar uma licença médica e se afastou do trabalho por meses. Minha saúde mental se deteriorou. Eu desmaiava no chuveiro, não conseguia cuidar dos meus filhos. Meu corpo estava dizendo: Pare! .

Cansaço mental, fadiga, falta de entusiasmo para trabalhar: os sinais do burnout são fáceis de serem ignorados, mas isso pode trazer sérias consequências para a saúde.

Em 2023, 421 pessoas foram afastadas do trabalho por burnout no Brasil - maior número dos últimos dez anos, segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), do Ministério da **Previdência Social**.

Uma das principais causas do burnout é o estresse crônico no trabalho, onde, com frequência, as situações estão fora do nosso controle.

Em 2020, Amy estava no auge da carreira como executiva de marketing em uma das maiores empresas de saúde do mundo, trabalhando sob constante pressão.

Ela estava organizando um evento quando, de repente, sentiu uma tontura. Achei que estivesse desidratada ou talvez não tivesse me alimentado direito, mas aquela sensação continuou. Daquele momento em diante, tudo ficou meio confuso , conta.

Amy se lembra de ouvir constantemente um zumbido e disse ao marido que se sentia como se estivesse enjoada e bêbada em um barco .

De repente, me senti incapaz , lembra ela.

Amy precisou tirar uma licença médica e se afastou do trabalho por meses. Minha saúde mental se deteriorou. Eu desmaiava no chuveiro, não conseguia cuidar dos meus filhos. Meu corpo estava dizendo: Pare!

Cansaço mental, fadiga, falta de entusiasmo para

trabalhar: os sinais do burnout são fáceis de serem ignorados, mas isso pode trazer sérias consequências para a saúde.

Foi só recentemente que Amy percebeu que estava vivendo um burnout. Havia sinais de alerta, como o fato dela trabalhar como se estivesse no piloto automático .

Síndrome de burnout é reconhecida como doença ocupacional; veja o que muda para o trabalhador

Christina Maslach, professora emérita de Psicologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, foi a primeira a usar o termo burnout décadas atrás. Ela define como uma resposta ao estresse crônico no trabalho que não foi bem administrado .

Não é uma condição médica, portanto, não pode ser tratada dessa forma , ela explica.

A Organização Mundial de Saúde reconheceu o trabalho de Maslach na síndrome de burnout in 2019, descrevendo um conjunto de sintomas.

Nós estamos trabalhando muito, de forma excessiva , alerta a professora Heejung Chung, diretora do Instituto Global de Liderança Feminina do King s College London.

A cultura de estar sempre ligado que se desenvolveu com a digitalização está aumentando os níveis de burnout - os trabalhadores não conseguem se manter longe, físico e psicologicamente, do trabalho.

Chung alerta que o burnout é um problema global, com alguns países relatando que mais de 70% dos seus trabalhadores são afetados. Também é caro, custando para a economia do Reino Unido mais de 102 bilhões de libras (R\$ 772 bilhões) ao ano, de acordo com uma pesquisa feita em 2024 pela empresa de seguros Axa.

Em 2023, 421 pessoas foram afastadas do trabalho por burnout no Brasil - maior número dos últimos dez anos, segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), do Ministério da **Previdência Social**.

O aumento ocorreu principalmente durante a pandemia. De 178 afastamentos por burnout, em

2019, o Brasil passou para 421, em 2023, um crescimento de 136%.

Uma das principais causas do burnout é o estresse crônico no trabalho, onde, com frequência, as situações estão fora do nosso controle. Uma pesquisa realizada em 2020 com 20 mil trabalhadores alemães revelou que 60% deles tinham demandas multitarefas, 48% sentiam pressão de tempo e desempenho, 46% lidavam com interrupções no trabalho, enquanto 34% relataram trabalhar em ritmo acelerado.

Apesar de o burnout ser geralmente associado ao trabalho remunerado, pesquisadores tem encontrado, com frequência, casos de burnout em estudantes, pais e cuidadores. A psicoterapeuta Claire Plumby destaca que isso afeta, principalmente, as mulheres.

A maior parte da carga dessa dupla jornada de trabalho recai sobre as mulheres , afirma.

Identificando os sintomas

Além do cansaço, os especialistas apontam outros dois sintomas que podem indicar um burnout e não apenas exaustão: o desprezo cada vez maior ao trabalho que você está fazendo, e uma visão negativa de si mesmo.

Plumby explica que você pode nem perceber esses sintomas aparecendo no trabalho. Por exemplo, em termos de produtividade, ela destaca situações como o professor escrevendo um plano de aula de uma linha ou você deixar de se preparar para reuniões e apresentações .

Muitas pessoas sonham acordadas com uma forma de escapar daquela situação.

Você pode ter pensamentos de escapismo, fantasias de alguém assumindo todas as suas responsabilidades. Já ouvi pacientes dizendo: Eu gostaria de pegar covid , conta.

As cinco fases do burnout

Período de lua-de-mel - Você diz sim para tudo, mas esquece quanto tempo as coisas levam para serem feitas. Você acaba pegando mais trabalho do que deveria, e o estresse aparece como resultado. Abandono - Você deixa de fazer coisas que antes eram importantes para você, como sair com amigos, ou para encontros. Você pode perder seu repertório completo de experiências, deixando de aproveitar atividades que costumava amar. Trabalhos que exigem concentração podem se tornar um desafio, e você pode experimentar a sensação de mente cansada. Sem motivação - O humor constantemente

irritado pode se transformar em apatia. Isso pode evoluir para uma sensação de distanciamento, em que você não se sente muito presente no dia a dia. A fadiga da compaixão - quando você não encontra energia para se colocar no lugar dos outros-- pode surgir. Você acaba perdendo seu senso de realização e se sente ineficaz. Burnout - Quando uma pessoa atinge a fase do burnout, ela se sente completamente esgotada e emocionalmente exausta. Você pode até continuar trabalhando, mas tem muita dificuldade em manter uma rotina. Colapso - A fase final é o burnout clínico, quando a pessoa já não sente vontade de sair da cama. Gerações anteriores podem descrever isso como um colapso . Terapeutas relatam casos de pessoas que se desligaram completamente - algumas não conseguem falar ou sair de casa, outras têm ataques de pânico. A recuperação pode levar meses ou até anos.

Seis fatores que aumentam o risco de um burnout

Carga de trabalho - Ter sobrecarga de trabalho, com muitas tarefas para fazer, mas pouco tempo ou ferramentas para realizá-las. Falta de controle - Ter pouca autonomia em decisões do dia a dia. Pouco reconhecimento - Não receber reconhecimento ou recompensas por fazer algo bem-feito. Você se sente como uma engrenagem em um grande projeto, sem visibilidade do produto final. Relações comprometidas - Relações insustentáveis com supervisores, colegas, pacientes e clientes, tornando difícil resolver problemas e criando um ambiente tóxico, onde há risco de ser intimidado. Falta de justiça - Passar por situações de discriminação, desigualdade no trabalho ou encontrar barreiras para crescer profissionalmente. Conflito de valores - Ver pouco sentido no seu trabalho ou trabalhar em um ambiente que gera em você um conflito ético.

Como se recuperar de um burnout

A professora Sabine Sonnentag pesquisou a capacidade dos trabalhadores de se desconectarem de trabalhos com altos níveis de estresse ao final do dia.

Ela descobriu que os trabalhadores que se desligam mentalmente do trabalho depois de enfrentar muitas demandas têm menos chance de passar por situações de exaustão emocional e burnout.

Plumby recomenda procurar uma pessoa com quem você possa conversar para que ela possa te mostrar uma luz no fim do túnel . Não precisa ser um psicólogo, pode ser um amigo ou colega.

Contrariando a crença popular, você não precisa fazer mudanças drásticas na sua vida, como deixar seu

emprego, para se recuperar de um burnout , afirma Claire Ashley, autora do livro *The Burnout Doctor* (Doutor Burnout, em tradução livre). Em vez disso, ela sugere focar em três áreas: controle sobre seu trabalho, seu bem-estar e a construção de uma rede de apoio ao seu redor.

Para entender o que está sob o seu controle, Ashley recomenda fazer o exercício online da Esfera de Controle de Stephen Covey, que ajuda as pessoas a identificar aquilo que elas realmente podem mudar.

O exercício, proposto pelo escritor norte-americano Stephen Covey, traz perguntas como: Se eu não posso controlar ou mudar isso, posso aceitar?

Ela também cita o trabalho de Russ Harris, médico e psicoterapeuta, que propõe analisar situações desafiadoras a partir de três opções: sair, ficar e viver de acordo com os seus valores, ou ficar e desistir de agir de forma eficaz.

Embora essas opções tenham sido desenvolvidas para melhorar a saúde mental das pessoas em momentos difíceis (Harris trabalhou extensivamente com a Organização Mundial da Saúde em campos de refugiados), Ashley diz que esses princípios também podem ser usados durante a recuperação de um burnout.

Identificar seus valores é a quarta etapa no processo de recuperação de um burnout, e é fundamental fazer isso, pois cada decisão que você tomar a partir daí precisa estar alinhada a esses valores , explica.

LEIA TAMBÉM:

O Brasil enfrenta uma epidemia de burnout ?Como reconhecer o 'burnout' - e o que fazer se você for afetado

**Site:** <https://g1.globo.com/saude/bem-estar/noticia/2025/04/29/os-sinais-de-alerta-de-burnout-que-voce-nao-deve-ignorar.ghtml>

# Descontos indevidos em aposentadorias e pensões prejudicaram fila do INSS, diz auditoria do instituto

Um relatório de investigação interna do Instituto Nacional do Seguro Social ( **INSS** ) aponta que os descontos associativos indevidos de aposentados e pensionistas impactaram negativamente a fila de requerimento de benefícios da Previdência.

O documento produzido em 2024 afirma que o esquema de descontos não autorizados investigado pela Polícia Federal e Controladoria-Geral da União ( CGU ) gerou um aumento considerável no número de pedidos de bloqueio ou exclusão da cobrança de parcela do benefício por entidades.

Segundo as investigações do **INSS**, este aumento chegou a fazer com que cerca de 16% do total de requerimentos da fila de espera do instituto fossem relativos aos descontos.

O relatório afirma que, entre janeiro de 2023 a maio de 2024, em 90,78% (1.056.290) dos pedidos relativos a este assunto, o beneficiário informou que não consentiu com a inclusão do desconto. De acordo com a análise do próprio **INSS**, estes pedidos poderiam ter sido evitados "se seu consentimento com o desconto associativo tivesse sido adequadamente colhido .

A fila de espera do **INSS** fechou o ano de 2024 com 2,042 milhões de requerimentos por benefícios sociais e da Previdência.

O documento do **INSS** faz parte das investigações da Polícia Federal.

Entenda a operação

A Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram na semana passada uma megaoperação para combater descontos não autorizados em aposentadorias e pensões pagas pelo **INSS**. O chefe do órgão, Alessandro Stefanutto, foi afastado do cargo por decisão judicial e depois demitido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A operação, que envolveu centenas de policiais e auditores, foi autorizada pela Justiça do Distrito Federal para combater um esquema nacional de descontos associativos não autorizados em

aposentadorias e pensões. As investigações apontam que a soma dos valores descontados chega a R\$ 6,3 bilhões, entre 2019 e 2024, mas ainda será apurado qual porcentagem foi feita de forma ilegal.

As investigações apontaram que havia descontos sobre valores pagos mensalmente pelo **INSS** como se os beneficiários tivessem se tornado membros de associações de aposentados, quando, na verdade, não haviam se associado nem autorizado os descontos.

Após a operação, o governo suspendeu todos os acordos que previam desconto nas aposentadorias.

O que é o desconto de mensalidades do **INSS**?

O desconto da folha de pagamentos do **INSS** em favor de entidades, como associações e sindicatos, é previsto em lei editada em 1991. A legislação prevê que essa mensalidade associativa só pode ser cobrada com autorização prévia de segurados.

Para que serve?

O segurado que assim quiser pode optar por ter parcelas de suas mensalidades descontadas por entidades, que oferecem em troca benefícios como auxílios funerários, odontológicos e psicológicos, consultoria jurídica e academia.

Como funciona o desconto ilegal?

Segundo os investigadores, o esquema funcionaria assim: as entidades descontavam irregularmente parte de mensalidades associativas - que são pagamentos recorrentes - aplicadas sobre benefícios previdenciários. Esses descontos não teriam sido autorizados pelos aposentados.

O desconto não autorizado pode acontecer por meio de acesso aos dados sigilosos de aposentadorias e pensões dos segurados. A prática também pode acontecer por meio da fraude da assinatura eletrônica e documentação de filiação do segurado à uma entidade como associações e sindicatos.

Como conferir se há desconto ilegal?

Para saber se houve desconto, é necessário acessar a conta no portal Gov.br e acessar o campo de extrato de benefício no aplicativo ou site do Meu **INSS**.

O extrato deve mostrar todos os descontos feitos na aposentadoria do segurado, identificando se foi por mensalidade associativa ou crédito consignado. Veja abaixo:

E se houver um desconto não autorizado?

Como evitar novos descontos?

O Meu **INSS** também possibilita o serviço de bloqueio de novos descontos em seu site e aplicativo. Veja abaixo:

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/04/29/de-scontos-indevidos-em-aposentadorias-e-pensoes-prejudicaram-fila-do-inss-diz-auditoria-do-instituto.ghtml>**

# Auditoria do INSS aponta 1,9 milhão de pedidos para excluir desconto

*Portal Veloz|Do R7*

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil Uma auditoria interna do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) apontou os prejuízos administrativos e financeiros causados pelas entidades que realizavam descontos não autorizados de mensalidades associativas.

Para saber mais sobre os detalhes dessa auditoria e seus impactos, consulte a matéria completa no nosso parceiro Portal Veloz .

Leia Mais em Portal Veloz :

**Site:** <https://noticias.r7.com/jr-24h/portal-veloz/auditoria-do-inss-aponta-19-milhao-de-pedidos-para-excluir-desconto-29042025/>

# Análise: Lupi luta para ficar na Previdência, mas desgaste só aumenta

**Luiz Carlos Azedo +**

Júlio César casou-se com Pompeia em 67 a.C., depois de ter servido na Hispânia, já viúvo de sua primeira mulher, Cornélia, que morrera no parto de um filho natimorto. Em 63 a.C., César foi eleito pontífice máximo (pontifex maximus), o sumo-sacerdote da religião oficial romana, o que lhe dava direito.

No ano seguinte, na sua residência na Via Sacra, realizou um festival em homenagem à Bona Dea (Boa Deusa), no qual homem nenhum poderia participar, em sua casa. Entretanto, um jovem patrício chamado Públio Clódio Pulcro entrou na festa disfarçado de mulher, supostamente com o objetivo de seduzir Pompeia. Ele foi preso e processado por sacrilégio. Como César não apresentou nenhuma evidência contra Clódio, ele acabou inocentado.

Mesmo assim, César se divorciou de Pompeia: Minha esposa não deve estar nem sob suspeita, justificou. Vem daí o provérbio famoso: A mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta.

É o caso do ministro da Previdência, Carlos Lupi, presidente do PDT, cujo desgaste à frente da pasta somente aumenta, em razão do escândalo bilionário dos descontos feitos pelo **INSS** em aposentadorias e pensões, sem autorização de seus segurados.

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU), que realizaram a Operação Sem Desconto para investigar o esquema, estimam que os desvios com as chamadas mensalidades associativas de sindicatos e associações de aposentados podem chegar a R\$ 6,3 bilhões de aposentadorias e pensões.

Lupi admitiu que houve demora na investigação de denúncias de fraudes. Porém, alega ter determinado a apuração dos fatos tão logo tomou conhecimento. Em junho de 2023, se começou, dentro do **INSS**, uma autarquia independente, a se fazer a verificação de todas as denúncias apresentadas, que não era a primeira vez, disse ontem, na reunião do Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS), em Brasília.

A situação de Lupi se complica a cada dia, por causa do crescente desgaste político do governo com os aposentados e pensionistas. Além de prejudicar uma base eleitoral que sempre votou majoritariamente no

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o escândalo pode ser muito corrosivo para a imagem do governo, pois os fantasmas do mensalão e do escândalo da Petrobras - ou seja, da Operação Lava-Jato - rondam o Palácio do Planalto.

As falcatruas começaram antes do governo Lula, mas ganhou escala na gestão de Lupi: dos R\$ 6,3 bilhões recebidos por 11 entidades citadas pela PF até agora, R\$ 1,64 bilhão foram descontados em 2023; R\$ 3,39 bilhões, em 2024 (alta de 106,1%); e R\$ 906,19 milhões apenas no primeiro trimestre deste ano, quando a casa caiu.

Responsável pela indicação de Alessandro Stefanutto, que foi afastado e demitido da presidência do **INSS**, na semana passada, após a operação da PF em conjunto com a CGU, Lupi tomou conhecimento dos descontos na reunião do CNPS de 12 de junho de 2023. Stefanutto estava à frente do **INSS** desde julho de 2023. A conselheira Tonia Galletti fez constar em ata que havia solicitado a inclusão da discussão sobre os acordos de cooperação técnica (ACTs) das entidades que têm desconto de mensalidade junto ao **INSS** na reunião.

Se atendida, o escândalo teria vindo à luz, porque a conselheira solicitou que fossem apresentadas a quantidade de entidades que possuem ACTs com o **INSS**, a curva de crescimento dos associados nos últimos 12 meses e uma proposta de regulamentação que trouxesse maior segurança aos trabalhadores, ao **INSS** e aos órgãos de controle.

A primeira medida concreta do **INSS** para tentar frear os golpes só ocorreu depois que a CGU e o Tribunal de Contas da União (TCU) registraram não conformidades na liberação dos descontos. Em março de 2024, o órgão publicou novas regras para que as associações fizessem os descontos nas aposentadorias. Uma auditoria do próprio **INSS** verificou que 98,3% dos mais de 35 mil descontos autorizados de uma só vez não tinham a anuência do aposentado.

Num único ato, o **INSS** desbloqueou descontos não autorizados nas folhas de pagamento de quase 34,5 mil aposentados. O desbloqueio em lote - feito em favor da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), em outubro de 2023 -

obviamente foi uma decisão política. A entidade fez várias solicitações anteriores ao instituto para desbloquear o lote de descontos e reclamou da demora no atendimento. Porém, apenas 213 aposentados desse lote tinham, de fato, assinado requerimentos autorizando a operação.

A Contag nasceu em 1954, como União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) para lutar pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas dos boias-frias. Sob a liderança de Lindolfo Silva, seu fundador, em 1963 passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Após o golpe militar de 1964, o líder sindical teve os direitos políticos cassados e foi para o exílio. Voltou ao Brasil após a anistia de 1979. Deve estar se revirando no túmulo.

Júlio César casou-se com Pompeia em 67 a.C., depois de ter servido na Hispânia, já viúvo de sua primeira mulher, Cornélia, que morrerá no parto de um filho natimorto. Em 63 a.C., César foi eleito pontífice máximo (pontifex maximus), o sumo-sacerdote da religião oficial romana, o que lhe dava direito.

No ano seguinte, na sua residência na Via Sacra, realizou um festival em homenagem à Bona Dea (Boa Deusa), no qual nenhum homem poderia participar, em sua casa. Entretanto, um jovem patrício chamado Públio Clódio Pulcro entrou na festa disfarçado de mulher, supostamente com o objetivo de seduzir Pompeia. Ele foi preso e processado por sacrilégio. Como César não apresentou nenhuma evidência contra Clódio, ele acabou inocentado.

Mesmo assim, César se divorciou de Pompeia: Minha esposa não deve estar nem sob suspeita, justificou. Vem daí o provérbio famoso: A mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta.

É o caso do ministro da Previdência, Carlos Lupi, presidente do PDT, cujo desgaste à frente da pasta somente aumenta, em razão do escândalo bilionário dos descontos feitos pelo **INSS** em aposentadorias e pensões, sem autorização de seus segurados.

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU), que realizaram a Operação Sem Desconto para investigar o esquema, estimam que os desvios com as chamadas mensalidades associativas de sindicatos e associações de aposentados podem chegar a R\$ 6,3 bilhões de aposentadorias e pensões.

Lupi admitiu que houve demora na investigação de denúncias de fraudes. Porém, alega ter determinado a apuração dos fatos tão logo tomou conhecimento. Em junho de 2023, se começou, dentro do **INSS**, uma autarquia independente, a se fazer a verificação de

todas as denúncias apresentadas, que não era a primeira vez, disse ontem, na reunião do Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS), em Brasília.

A situação de Lupi se complica a cada dia, por causa do crescente desgaste político do governo com os aposentados e pensionistas. Além de prejudicar uma base eleitoral que sempre votou majoritariamente no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o escândalo pode ser muito corrosivo para a imagem do governo, pois os fantasmas do mensalão e do escândalo da Petrobras - ou seja, da Operação Lava-Jato - rondam o Palácio do Planalto.

As falcatruas começaram antes do governo Lula, mas ganhou escala na gestão de Lupi: dos R\$ 6,3 bilhões recebidos por 11 entidades citadas pela PF até agora, R\$ 1,64 bilhão foram descontados em 2023; R\$ 3,39 bilhões, em 2024 (alta de 106,1%); e R\$ 906,19 milhões apenas no primeiro trimestre deste ano, quando a casa caiu.

Responsável pela indicação de Alessandro Stefanutto, que foi afastado e demitido da presidência do **INSS**, na semana passada, após a operação da PF em conjunto com a CGU, Lupi tomou conhecimento dos descontos na reunião do CNPS de 12 de junho de 2023. Stefanutto estava à frente do **INSS** desde julho de 2023. A conselheira Tonia Galletti fez constar em ata que havia solicitado a inclusão da discussão sobre os acordos de cooperação técnica (ACTs) das entidades que têm desconto de mensalidade junto ao **INSS** na reunião.

Se atendida, o escândalo teria vindo à luz, porque a conselheira solicitou que fossem apresentadas a quantidade de entidades que possuem ACTs com o **INSS**, a curva de crescimento dos associados nos últimos 12 meses e uma proposta de regulamentação que trouxesse maior segurança aos trabalhadores, ao **INSS** e aos órgãos de controle.

A primeira medida concreta do **INSS** para tentar frear os golpes só ocorreu depois que a CGU e o Tribunal de Contas da União (TCU) registraram não conformidades na liberação dos descontos. Em março de 2024, o órgão publicou novas regras para que as associações fizessem os descontos nas aposentadorias. Uma auditoria do próprio **INSS** verificou que 98,3% dos mais de 35 mil descontos autorizados de uma só vez não tinham a anuência do aposentado.

Num único ato, o **INSS** desbloqueou descontos não autorizados nas folhas de pagamento de quase 34,5 mil aposentados. O desbloqueio em lote - feito em favor da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), em outubro de 2023 -

obviamente foi uma decisão política. A entidade fez várias solicitações anteriores ao instituto para desbloquear o lote de descontos e reclamou da demora no atendimento. Porém, apenas 213 aposentados desse lote tinham, de fato, assinado requerimentos autorizando a operação.

A Contag nasceu em 1954, como União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) para lutar pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas dos boias-frias. Sob a liderança de Lindolfo Silva, seu fundador, em 1963 passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Após o golpe militar de 1964, o líder sindical teve os direitos políticos cassados e foi para o exílio. Voltou ao Brasil após a anistia de 1979. Deve estar se revirando no túmulo.

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/04/7128605-analise-lupi-luta-para-ficar-na-previdencia-mas-desgaste-so-aumenta.html>**

# PF investiga pagamentos a servidores do INSS

A Polícia Federal investiga se há relação entre suspeitas envolvendo o esquema nacional de descontos não autorizados em benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e pagamentos feitos a empresas e familiares de servidores que atuaram na cúpula do órgão.

A suspeita recai sobre pagamentos ligados ao empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "careca do **INSS**", direcionados, direta ou indiretamente, a dois ex-diretores e ao ex-chefe da Procuradoria do instituto.

Na última quarta-feira (23), a PF e a CGU (Controladoria-Geral da União) realizaram a operação Sem Desconto, para combater a suposta fraude em descontos de aposentadorias e pensões. Entre 2019 e 2024, a soma dos valores descontados de benefícios do **INSS** por diversas associações chega a R\$ 6,3 bilhões, mas ainda será apurado qual porcentagem foi feita de forma ilegal, segundo as investigações.

Segundo reportagens do portal Metrôpoles, citadas na investigação, Antunes seria procurado por entidades que cobram mensalidade associativa. A representação apresentada à Justiça chama o empresário de "epicentro da corrupção ativa".

O mesmo documento afirma que empresas ligadas à esposa de Virgílio Antonio

Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do **INSS** que foi afastado do cargo durante a operação, receberam R\$ 7,54 milhões de Antunes.

Oliveira Filho também é citado na investigação por ter dado um parecer favorável ao desconto em mais de 34 mil benefícios em favor da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), meses após a Procuradoria do **INSS** se manifestar contra o mesmo pedido da entidade.

O "careca do **INSS**" ainda teria repassado valores ao escritório do advogado de um filho de André Paulo Felix Fi-delis, que foi diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do **INSS** até julho de 2024, "possivelmente a título de vantagem indevida por ato de ofício", segundo a representação.

Uma empresa de Antunes ainda teria repassado

valores para Alexandre Guimarães, que foi diretor de Governança e Gerenciamento de Riscos do **INSS** até abril de 2023. Os investigadores apontam que "pessoas físicas e jurídicas ligadas" ao ex-diretor receberam R\$ 313.205,29 "das empresas intermediárias relacionadas às entidades associativas."

A reportagem não conseguiu localizar as defesas dos ex-servidores do **INSS** e de Antunes. O MPF afirmou que "emergem sérios indícios" de que "associações realizaram (e continuam promovendo) descontos associativos indevidos de milhares de aposentados e pensionistas do **INSS**, auferindo, assim, enriquecimento ilícito.

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3122#book/>

# Às portas do Judiciário - ilegalidade nos descontos do INSS (Artigo)

**PAULINO FERNANDES DEFENSOR PÚBLICO E PROFESSOR**

Em artigo anteriormente publicado, com o subtítulo "Contratos de empréstimos em revista", já havíamos alertado sobre a ilegalidade de que muitos são vítimas, quando cobrados, indevidamente, por valores descontados em seus proventos de aposentadoria ou pensões.

Como se isso não bastasse, só agora se tornou público outra grave ilegalidade, praticada com a participação de quem deveria ser o primeiro a coibir essas violações, qual seja, o próprio **INSS**, que por meio de alguns de seus funcionários, facilitou ou colaborou de alguma forma para a empreitada criminosa.

O que muitos estão chamando de escândalo, já era, há tempos objeto de denúncia, por parte de alguns órgãos sérios, incluindo a imprensa comprometida com a verdade dos fatos, mas precisou de uma divulgação da Controladoria Geral da União (CGU), após uma competente fiscalização promovida, por seus auditores.

No âmbito do Judiciário, a questão já vinha sendo objeto de decisões, as quais, em parte, eram favoráveis às vítimas das fraudes, determinando a desconstituição (cancelamento) das cobranças, deixando, entretanto, de condenar os responsáveis à devida indenização pelos danos morais, decorrentes da ilicitude.

Em alguns casos, determinava-se a suspensão imediata dos descontos, em caráter liminar, a qual era confirmada mais tarde, com a ordem judicial para cancelamento e restituição do montante até então descontado.

Contudo, ainda quando se condenava a restituir os valores indevidamente cobrados, nem sempre era para que se fizesse com o valor em dobro, o que juridicamente se denomina de repetição do indébito, tampouco reconhecendo o direito à indenização.

Havia, pasme-se, entendimento questionável (salvo por alguns juizes que pensassem fora da caixinha) de que a restituição deveria ser feita na forma "simples" (valor originário), porque "supostamente" não teria

havido má-fé na prática nebulosa e lesiva da conduta.

Pode ser que depois da divulgação desse "escândalo" o entendimento maciço do Judiciário venha a ser não só para que os lesados tenham seus numerários integralmente restituídos, compreendo-se além da restituição dobrada dos valores, a devida indenização pelos danos morais, já que a lesão atinge os direitos de personalidade, não podendo ser tratada como mero aborrecimento do cotidiano.

Devem ser ainda consideradas questões que vão além dos casos de má-fé, pois em jogo também a violação de dados, tema presentemente tão caro, em termos de preservação dos direitos e das garantias fundamentais, no estágio das dimensões dessa geração.

Sopesadas as questões jurídicas mais imediatas, há uma gama de áreas outras que foram alvo de lesão e, por conseguinte, devem também receber tratamento jurídico, como a responsabilização administrativa e criminal pelas condutas dos agentes públicos perpetrantes, tendo em vista que se utilizaram da condição funcional pública; bem como a situação econômico-financeira dos lesados.

A própria violação dos valores sociais e da dignidade da pessoa humana, que são constitucionalmente assegurados, não poderá ficar de fora do indispensável apreço estatal.

No âmbito da responsabilidade criminal, o próprio Código penal brasileiro já prevê algumas condutas, a partir da alteração promovida pela Lei 9983/2000, que incluiu uma nova espécie do crime de Peculato.

O artigo 313-A tipifica a conduta de funcionário que insere ou facilita a inserção de dados falsos; altera ou exclui dados corretos dos sistemas informatizados ou bancos de dados da administração, com a finalidade de obter vantagem para si ou para outrem, ou para causar dano.

Administrativamente, mas de forma imediata, deve ser determinada a suspensão não só dos descontos, mas desses contratos firmados entre o **INSS** e as tais entidades envolvidas, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

É o mínimo que a sociedade espera.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/29-de-abril-de-2025-edicao-25-073/>

# Imposto seletivo ameaça aportes, diz Ibram

**André Tomazela Para o Valor, de São Paulo**

O setor mineral, responsável por R\$ 93 bilhões em **tributos** em 2024 e 47% do saldo da balança comercial, enfrenta nova pressão com a retomada do Imposto Seletivo (IS) sobre exportações. O governo vetou o inciso I do artigo 142 da nova Lei Complementar nº 214/2025, que excluía os bens minerais do tributo, restabelecendo sua cobrança com base em emenda constitucional anterior.

Para a indústria, a medida enfraquece a competitividade do Brasil no exterior, afasta investimentos, paralisa projetos e eleva os custos de produção, impactando toda a cadeia produtiva.

Raul Jungmann, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), classifica o veto como um erro político, econômico e estratégico. Ele destaca que a tributação compromete a competitividade global do Brasil e coloca em risco os US\$ 68 bilhões em investimentos previstos entre 2025 e 2029 devido à crescente insegurança jurídica. "Os minerais, especialmente os críticos e estratégicos, são fundamentais para a transição energética e para setores como segurança alimentar, defesa, tecnologia e inovação.

No caso do minério de ferro, o IS pode representar uma perda de R\$ 2 bilhões ao ano", diz.

Para Virgínia Pillekamp, sócia da área tributária do BMA Advogados, a incidência do IS sobre minerais exportados viola a imunidade do artigo 153, parágrafo 6º, inciso I da Constituição. A cobrança na extração, anterior à exportação, configura uma "exportação de **tributos**", condenada por acordos internacionais e prejudicial à competitividade do Brasil, afirma. Ela alega que a emenda, ao permitir a incidência independentemente da destinação, é ambígua e pode gerar judicialização. "Manter a desoneração das exportações é essencial para garantir um ambiente de negócios estável, atrair investimentos e preservar a inserção do Brasil no comércio internacional", diz Pillekamp. O Ibram compartilha essa visão e avalia acionar o Supremo Tribunal Federal (STF), caso o Congresso não derrube o veto.

José Peixe, sócio e líder de **impostos** para o setor de mineração e metais da EY Brasil, também considera o veto problemático. Além de ser caracterizada como uma "exportação de **tributos**", avalia, a cobrança compromete a competitividade do Brasil ao elevar os

custos para a cadeia produtiva. "O custo se propaga, encarecendo o produto final e minando a competitividade internacional", afirma. Peixe vê contradição na redação da emenda constitucional, que trata os minerais como bens estratégicos, mas a nova versão os enquadra como itens prejudiciais. "O imposto deveria ter caráter extrafiscal, mas está sendo usado com foco arrecadatório, o que desvirtua sua função original", diz.

Com postura institucional de neutralidade técnica, a Agência Nacional de Mineração (ANM) acompanha os impactos da nova tributação e reconhece os riscos de uma carga tributária excessiva.

Mauro Sousa, diretor-geral da ANM, diz que é necessário avaliar os efeitos no ambiente regulatório e adaptar as ações da agência para garantir segurança jurídica e atratividade do setor. "Políticas estaduais, como a nova taxa sobre o ouro no Pará, também influenciam decisões de investimento." Sousa avalia que, apesar das barreiras tributárias, o país mantém atrativos relevantes para investidores, como estabilidade institucional, 82% da matriz energética caracterizada como limpa, força de trabalho qualificada e diversidade de minerais estratégicos. "O Brasil continuará sendo um destino atraente, por reunir segurança jurídica, energia limpa e uma mão de obra capacitada", afirma.

O setor mineral enfrenta um entrave adicional com o acúmulo bilionário de créditos de ICMS pelas exportadoras. Segundo Peixe, a **reforma tributária** propõe uma solução por meio da monetização desses créditos, mas o prazo de até 19 anos para reembolso tem gerado preocupações. A autonomia dos 27 entes federativos para legislar sobre o ICMS também contribui para a insegurança jurídica, ampliando o contencioso tributário. "O IS poderia ser uma ferramenta estratégica para penalizar práticas poluentes. O governo deveria adotar uma postura mais transparente e pró-negócio, como ocorre nos Estados Unidos e na União Europeia", diz.

**Sítio:** [valor.globo.com/impreso/](http://valor.globo.com/impreso/)

# Reforma tributária leva empresas a renegociar contratos

**Beatriz Olivon e Jéssica Sant"Ana De Brasília**

As empresas passaram a procurar assessoramento jurídico para a renegociação de contratos em decorrência da **reforma tributária** do consumo. Passada a fase de dúvidas sobre as mudanças no sistema fiscal brasileiro, agora a demanda, segundo especialistas ouvidos pelo Valor, é por informações sobre formação de preços e a possibilidade de alterações contratuais.

Depois de entenderem as novas alíquotas dos novos **tributos**, o novo sistema de creditamento e o impacto com o fim de benefícios fiscais, as empresas, afirmam advogados, precisarão calcular se terão aumento ou redução de custos para, então, negociar o reequilíbrio de seus contratos com fornecedores e ajustar os preços praticados no mercado.

"A rigor, todo contrato que tem efeito a partir de 2027 já deveria estar considerando os efeitos da reforma.

É importante as empresas começarem a entender todos os efeitos da reforma e incorporar isso tanto nos seus contratos de aquisição como nos seus contratos de venda e tentar ajustá-los assim que for possível", diz Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. "No caso dos contratos da administração pública, sobretudo naqueles regulados, quem vai definir a forma de ajuste são as agências reguladoras." A **reforma tributária** sobre consumo terá um período de testes no próximo ano, com exigência de obrigações acessórias. A partir de 2027, começa a entrar gradualmente em vigor.

Primeiro, será cobrada a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição a **tributos** federais e criado o Imposto Seletivo. A partir de 2029, o ICMS e o ISS passam a ser substituídos gradualmente pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O período de transição acaba em 2033, quando o novo modelo funcionará integralmente.

"Resetou o sistema. Mudou tudo.

Então, um novo equilíbrio de forças vai ser desenhado. A tendência é de mudança de precificação.

Nos contratos públicos, a reforma prevê

expressamente [a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro]", afirma Luca Salvoni, sócio do Cascione Advogados. O escritório já falou com mais de cem empresas sobre o tema e está fazendo cerca de dez análises para renegociações.

Essa reforma afeta muito mais do que o setor fiscal das empresas, segundo Elisa Henriques, sócia do Velloza Advogados. "É uma reforma da forma de fazer negócios", diz. Um dos clientes que consultou o escritório, uma empresa de meio de pagamentos, tem em seus contratos uma cláusula com o tempo de operação da máquina (milésimos de segundos) e agora se preocupa com a necessidade de ter que revisar esse compromisso a depender de como vai funcionar o sistema de "split payment" - sistema para repasse automático do valor do tributo ao Fisco.

O escritório também já está trabalhando com cinco clientes sobre a possibilidade de renegociação de contratos em decorrência da **reforma tributária**: uma seguradora, duas instituições financeiras e duas entidades do setor imobiliário.

"Antes não era possível distinguir o custo do serviço ou mercadoria do tributário, agora fica mais evidente", afirma Elisa.

Lucilene Prado, advogada especializada em direito tributário e sócia do FM/Derraik Advogados, frisa que é importante que as empresas olhem para toda a cadeia de custos ao avaliar os impactos da reforma.

"Todas essas mazelas desse sistema velho, que encarecem os preços da economia, porque é tributo sobre tributo escondido dentro dos preços, acabarão. Só que isso não termina com um passe de mágica. Para que eu consiga ter os benefícios reais desse novo sistema, eu tenho uma lição de casa grande para fazer agora", diz.

Ela conta que algumas empresas já saíram na frente e estão estudando os efeitos da reforma sobre seus custos desde 2023 e 2024. "Outras sequer sabem que precisa colocar isso na agenda. A renegociação de contratos é fundamental, porque se eu faço isso bem, eu vou acertar no meu novo preço de venda. Eu fazendo isso bem-feito agora para o PIS/Cofins, que são os primeiros **tributos** que vão mudar para a CBS, eu já tenho um modelo pronto para fazer depois com o

ISS e com o ICMS", afirma a advogada.

Appy afirma que é fundamental que as empresas considerem nas renegociações o efeito do creditamento, que passará a ser amplo.

"Muitos insumos, muitas aquisições das empresas que hoje não geram crédito, vão passar a gerar crédito. Cada empresa tem que avaliar qual vai ser esse impacto do creditamento. Muitas vezes, haverá situações com redução de custos junto com aumento de custos. Tudo isso tem que ser considerado pelas empresas na hora de definir sua estratégia", diz o secretário do Ministério da Fazenda.

A análise a ser feita pelas empresas não é com base na alíquota nominal, mas em como ficará a carga tributária dela considerados os créditos, destaca Luca Salvoni, sócio do Cascione Advogados.

"É alíquota efetiva contra alíquota efetiva, que é a nominal mais o novo arcabouço de créditos", afirma. Além disso, a empresa precisa entender qual é sua localização na cadeia e se ela consegue repassar eventual ônus ou se será cobrada por eventual redução no tributo a ser pago.

Segundo Salvoni, primeiro o cliente deverá fazer a análise da situação dele para saber se ganhou ou perdeu com a reforma, em termos de alíquota. Depois vê se seus contratos são de curto ou longo prazo porque, diz o advogado, o de curto prazo acaba sendo mais regido pela equação de oferta e demanda e no de longo prazo poderá haver gatilhos de reajuste. "A reforma hoje está meio tomada pela questão do software [adaptação tecnológica a novos **tributos**], que é só a ponta do iceberg", afirma Rafael Vega, sócio do mesmo escritório.

Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados, lembra que a discussão da "tese do século" (a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins) gerou tantos problemas entre empresas sobre o repasse dos ganhos que elas ficaram mais atentas a esse tipo de custo e sobre a necessidade de previsões em contrato.

Além das renegociações, a advogada cita que algumas companhias buscam reorganizações societárias para aproveitar melhor os créditos. Ou refazem cálculos sobre comprar ou alugar imóveis, ou mesmo construir, tendo em vista os novos custos e o sistema de creditamento.

Uma das situações a ser observada, afirma Elisa Henriques, do Velloza Advogados, envolve os não contribuintes do IBS e da CBS, que não gerarão créditos. É o caso de fornecedores pessoas físicas ou

de empresas do Simples Nacional que não migrarem de regime. "É preciso deixar claro para relações contratuais continuadas que, no meio do caminho, vou ter mudança no custo do tributo e repassar via preço do serviço ou mercadoria." No caso das empresas com contratos com o setor público, a primeira lei que regulamentou a **reforma tributária** do consumo (Lei nº 214, de 2025) prevê expressamente a possibilidade de renegociação de contratos vigentes da administração pública, inclusive concessões, para assegurar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro com a mudança para a CBS e o IBS.

A renegociação é prevista para os casos em que o desequilíbrio for comprovado. Nesse caso, o reequilíbrio será implementado, preferencialmente, por meio de alteração na remuneração do contrato ou de ajuste tarifário.

Appy explica que, no caso dos setores regulados, caberá a cada agência reguladora estabelecer as regras de cálculo para saber se haverá desequilíbrio financeiro ou não nos contratos e como o reequilíbrio será implementado. No caso das compras governamentais e nos contratos diretos com fornecedores, acrescenta, cada esfera de governo (União, Estados e municípios) terá que avaliar individualmente seus contratos para ver se será necessário reequilibrá-los.

Renato Moraes, sócio em direito civil e contencioso do Cascione Advogados, lembra que a existência de previsão de revisão de contratos públicos não se aplica para os privados.

"A lógica de reequilíbrio econômico-financeiro é muito forte no contrato público, mas fraca no privado, em que há o senso de oportunidade", diz Moraes.

**Site: [valor.globo.com/impreso/](http://valor.globo.com/impreso/)**

# Prevenção para o combate ao câncer - BEM ESTA

## MARCIO ATALIA

O câncer é a segunda doença que mais mata no Brasil e no mundo e, com o envelhecimento da população, as estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que ele assuma o primeiro lugar nos próximos anos.

No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima cerca de 600 mil novos casos em 2025, com média de 698 mortes por dia.

-São números astronômicos que exigem priorização pelas políticas públicas e atitudes urgentes dos gestores -diz Luciana Holtz, fundadora e presidente do Instituto Onco-

guia, ONG de apoio, informação e defesa dos direitos dos pacientes e familiares com câncer.

Os desafios e prioridades do paciente com câncer foram discutidos no 15º Fórum Nacional Oncoguia, que reuniu especialistas, pacientes e representantes da sociedade na semana passada, em São Paulo. O evento está disponível no YouTube do Oncoguia.

-Em 2022, cerca de 20 milhões de pessoas tiveram o diagnóstico de câncer e quase 10 milhões morreram da doença -disse Janainny Fernandes, consultora Nacional de Doenças Crônicas Não Transmissíveis da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

No fórum, os especialistas destacaram a importância da prevenção para controlar o avanço da doença. Janainny apresentou os compromissos globais da Opas e principais intervenções para enfrentar o câncer e outras doenças crônicas não-transmissíveis.

## Tabaco

Aumento de **impostos** seletivos e preços de produtos.

Adoção de ambientes livres de fumo em locais fechados de trabalho, meios de transporte público e outros espaços públicos.

Adoção de embalagens padronizadas ou

Proibição de patrocínio, propaganda e promoção de produtos.

Campanhas de massa sobre os malefícios do consumo e da exposição à fumaça do tabaco.

## Álcool

Aumento de **impostos** seletivos.

Proibição ou restrição da propaganda.

Restrições à disponibilidade física.

## Alimentação e atividade física

Redução da ingestão de sal por meio da

responsável por reformulação de pro-

161 mil mortes de doenças alimentares e do

anuais por câncer estabelecimento de novo Brasil. O

consumo de alimentos.

ultraprocessados «Oferta de alimentos

causa mais 57 mil com baixo sódio em instituições públicas (hospitais, escolas, locais de trabalho e asilos).

Promoção de mudança de hábito e campanha de mídia de massa.

Implementação da rotulagem frontal.

Implementação de atividade física e educação física em toda a comunidade e campanhas de conscientização.

Rastreamento e vacinação

Vacinação contra o papiloma vírus hu-

mano (HPV) em meninas de 9 a 14 anos.

Prevenção do câncer do colo do útero com rastreamento de mulheres de 30 a 49 anos.

Apoio à detecção precoce do câncer.

É consenso no mundo todo que a alimentação saudável (priorizando comida de verdade, frutas e legumes e reduzindo o consumo de produtos industrializados e ultraprocessados), a prática regular de atividade física, a redução do consumo de bebidas alcoólicas e açucaradas e a não utilização do tabaco e nicotina (cigarro, narguilé, vape) são fatores de proteção contra o desenvolvimento do câncer. Eles fazem parte das recomendações do Código Latino-Americano e Caribenho contra o Câncer (LAC Code) e da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC).

Segundo dados do Inca, o tabagismo é responsável por 161 mil mortes anuais por câncer no Brasil (13% do total de mortes pela doença). O consumo de ultraprocessados é a causa de mais de 57 mil mortes por ano pelo mesmo motivo (cerca de 11% de todas as mortes em adultos de 30 a 69 anos). Estimativas apontam que a cada hora duas pessoas morrem por causas atribuíveis ao consumo de álcool. Em 2019, cerca de 17 mil casos novos e 9 mil mortes por câncer foram atribuíveis ao consumo de álcool.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Tarifaço poderá ter impacto semelhante ao da Covid nos EUA

O tarifaço de Donald Trump vem agitando Washington e Wall Street há quase um mês, mas se a guerra comercial persistir, a próxima onda de turbulência atingirá muito mais de perto o cotidiano do povo americano. Desde o início de abril, quando as tarifas sobre produtos da China subiram para 145%, as importações do país para o mercado dos EUA despencaram cerca de 60%. Até meados de maio, milhares de empresas - grandes e pequenas - precisarão reabastecer seus estoques, e grandes varejistas como Walmart e Target disseram a Trump, na semana passada, que os consumidores provavelmente enfrentarão prateleiras vazias e preços mais altos. O choque de oferta iminente poderá se igualar ao do período da pandemia, afirmam analistas.

O cenário levou economistas a revisarem para cima as previsões de **inflação** nos EUA. Executivos de empresas dizem que os preços dos produtos da China podem dobrar em alguns itens.

Ontem, o secretário de Tesouro dos EUA, Scott Bessent, disse que "cabe à China reduzir a escalada" e dar o primeiro passo para um possível acordo.

-Vamos ver onde isso vai dar. Como eu disse repetidamente, acredito que cabe à China diminuir a escalada, porque eles nos vendem cinco vezes mais do que nós vendemos para eles, e essas tarifas de 120%, 145% são insustentáveis -disse.

## ACORDO COM A ÍNDIA

Bessent se mostrou otimista sobre acordos dos EUA com outros países:

-Vários países apresentaram propostas muito boas, e estamos avaliando. Eu apostaria que a Índia será um dos primeiros acordos comerciais que assinaremos. Portanto, fiquem atentos.

Na economia real, americanos pedem soluções rápidas. "O relógio está definitivamente correndo", diz Jim Gerson, presidente da The Gerson Companies, uma fornecedora de decorações natalinas para grandes varejistas dos EUA, com 84 anos de história. A empresa do Kansas obtém mais da metade de seus produtos da

China e atualmente tem cerca de 250 contêineres aguardando embarque.

-Precisamos resolver isso. E espero que seja logo - pede Gerson, da terceira geração de sua família à frente da empresa que gera aproximadamente US\$ 100 milhões em vendas anuais.

Nesta altura do ano, os fornecedores começam a aumentar os estoques para o segundo semestre do ano, para atender aos pedidos de compras de volta às aulas e Natal.

-Estamos paralisados. E a cada semana o nível de dano vai aumentar -disse Jay Foreman, CEO da fabricante de brinquedos Basic Fun, que abastece grandes clientes de varejo, como Amazon e Walmart, e compra da China cerca de 90% seus produtos.

Mesmo se as hostilidades diminuïrem, reiniciar o comércio transpacífico trará problemas. A indústria de frete reduziu sua capacidade para se ajustar à demanda mais fraca. Um aumento repentino de pedidos provocado por um relaxamento da guerra comercial provavelmente sobrecarregará a rede, causando atrasos e aumentando os custos.

Um cenário semelhante se

desenrolou durante a pandemia, quando os preços dos contêineres quadruplicaram e um excesso de navios cargueiros congestionou os portos.

- Haverá um aumento do tráfego nos portos e, conseqüentemente, para os caminhões e trens, criando atrasos e gargalos. Os portos são projetados para fluxos estáveis, não para os deslocamentos de volume intermitentes - disse Lars Jensen, CEO da consultoria de transporte marítimo Vespucci Maritime.

Torsten Slok, economista-chefe da Apollo Management, alertou para o risco iminente de "falta de produtos semelhante à da Covid" e demissões significativas em setores como transporte rodoviário, logística e varejo. Embora Trump tenha dado sinais de alguma flexibilização, pode ser tarde demais para impedir que um choque de oferta reverbera por toda a economia americana - e que

talvez dure até o Natal.

Com a demanda por produtos da China para os EUA caindo rapidamente, os transportadores de carga reduziram a capacidade para evitar que as tarifas de frete marítimo desabassem. Em abril, houve cerca de 80 cancelamentos de viagens da China para os EUA, aproximadamente 60% a mais do que em qualquer mês durante a pandemia de Covid.

-O setor de transporte marítimo de contêineres nunca enfrentou os ventos macroeconômicos que enfrenta agora -disse John McCown, um veterano executivo da indústria.

#### OUTROS FORNECEDORES

Com os produtos chineses muito caros, alguns estão recorrendo a fornecedores no Sudeste Asiático. A Hapag-Lloyd AG, a quinta maior transportadora de contêineres do mundo, disse em um **comunicado** que teve cancelamentos

de cerca de 30% das reservas da China para os EUA. Mas os negócios aumentaram consideravelmente com exportadores de Camboja, Tailândia e Vietnã.

Para Foreman, as últimas semanas lembram as da pandemia, mas há diferenças. O bloqueio causado pela Covid foi um choque, mas as cadeias de suprimento globais, segundo ele, se recuperaram relativamente rápido. Agora, o quadro tem potencial de ser "mais traiçoeiro porque, quanto mais isso durar, mais catastrófico será". A Covid também estava cheia de muitas incógnitas sobre o vírus e quanto tempo demoraria para a recuperação. Esse dilema poderia ser amenizado se Trump removesse as tarifas em breve.

- Os efeitos prolongados podem ser piores. Mas a solução pode vir muito mais rápido -disse Foreman.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Déficit externo supera IDP pela 1ª vez em 5 anos

**Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo**

O déficit nas contas externas em 12 meses até março superou o valor do Investimento Direto no País (IDP), fonte mais estável de financiamento do déficit, no mesmo período. Os números do IDP historicamente são maiores que os déficits e essa inversão não acontecia desde fevereiro de 2020, segundo dados do Banco Central (BC) divulgados nesta segunda-feira, 28.

O déficit acumulado em 12 meses encerrados em março foi de US\$ 68,5 bilhões (3,21% do Produto Interno Bruto) ante um IDP de US\$ 68,2 bilhões (3,19% do **PIB**) no mesmo período. Apesar da diferença dos números, o chefe do departamento de estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, destacou que, em termos macroeconômicos, as duas estatísticas apresentam a mesma magnitude.

"Embora numericamente o déficit corrente seja maior, a forma macroeconomicamente correta de se referir a esse resultado é dizer que os dois apresentam a mesma magnitude e, portanto, os investimentos diretos no país seguem financiando integralmente o déficit em transações correntes", afirmou.

O déficit nas transações correntes vem aumentando desde o segundo trimestre do ano passado em ritmo mais rápido do que o IDP. Em março de 2024, o déficit em 12 meses estava em US\$ 26,3 bilhões (1,17% do **PIB**), enquanto o IDP estava em US\$ 64,1 bilhões (2,85% do **PIB**). Essa elevação, no entanto, não continuou em março.

Tanto o déficit quanto o IDP caíram no mês. Para Rocha, ainda é muito cedo para saber se redução do déficit é uma tendência.

O diretor de pesquisa econômica do banco Pine, Cristiano Oliveira, apontou que o avanço do déficit é resultado dos impulsos fiscais e monetários que ocorreram entre o fim de 2022 e o início do ano passado.

De acordo com o economista, nesse período a demanda agregada cresceu mais rapidamente do que a oferta. Mas, para ele, essa situação "não se verifica mais" e, portanto, haverá uma estabilização do déficit em torno de 2,5% e 3% do **PIB** nos próximos anos.

"Um patamar que consideramos bastante saudável", apontou.

O crescimento do déficit acompanha uma movimentação da alta nas importações, que está ligada ao aquecimento da economia. Com elevação da atividade, as importações de bens de consumo, intermediários e de capital tendem a subir, afetando a balança comercial, um dos principais componentes do balanço de pagamentos.

Na comparação entre o primeiro trimestre deste ano com o mesmo período de 2024, houve uma redução no superávit da balança comercial de US\$ 16,3 bilhões para US\$ 7,9 bilhões.

Nesse período, o déficit na conta de serviços também se elevou, passando de US\$ 11,3 bilhões para US\$ 12,8 bilhões. Já o déficit da renda primária caiu de US\$ 18 bilhões para US\$ 15,5 bilhões nessa comparação.

O chefe do departamento de estatísticas do BC ainda destacou os resultados do mês para o balanço de pagamentos, que mostrou uma diminuição do déficit de US\$ 4,1 bilhões para US\$ 2,2 bilhões entre março de 2024 e março de 2025.

Rocha destacou que essa é a primeira redução na comparação interanual em 12 meses e explicou que ainda é muito cedo para saber se é uma tendência.

A estimativa do Pine é que o IDP fique em US\$ 73 bilhões (3,3% do **PIB**) este ano e o déficit em conta corrente feche 2025 em US\$ 56,9 bilhões. O IDP representa investimentos de longo prazo no país e tem entre suas rubricas mais relevante a participação no capital e as operações intercompanhia.

Matheus Pizzani, economista da CM Capital, apontou que o fato de o IDP e o déficit terem registrado o mesmo nível ou diferença marginal é "relativamente indiferente" sob o ponto de vista contábil porque o IDP "tende a se equalizar de fato com o balanço de pagamentos". Segundo o economista, o importante é analisar a composição do IDP.

Pizzani destacou que a participação dos investimentos em participação de capital cresceu e isso indica que,

"embora inferior em volume, a composição do IDP deste ano se mostrou mais benigna do que aquela observada há um ano".

Oliveira, do banco Pine, apontou que o quadro de incerteza global pode levar a um IDP menor do que o estimado em mercados emergentes como o brasileiro.

"Porém, não é este nosso cenário- base. Julgamos que o cenário econômico e geopolítico global favorece as contas externas do país, devido, entre outros fatores, ao perfil de nossas exportações e importações. Por isso, mantemos a avaliação de que a robustez das contas externas favorece o comportamento do real brasileiro."

"IDP financia integralmente déficit em transações correntes"

Fernando Rocha

**Site:** [valor.globo.com/impreso/](http://valor.globo.com/impreso/)

# Preço do tomate acumula alta de 26% no 1 trimestre de 2025

Levantamentos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará (Dieese-PA) apontam que alimentos da cesta básica seguem em alta e continuam pressionando o já apertado orçamento das famílias paraenses. Ao final do 1º trimestre de 2025, a cesta básica em Belém ultrapassou os R\$ 700, consumindo boa parte do salário mínimo vigente, de R\$ 1.518,00.

A análise do Dieese também revelou que a maioria dos 12 produtos da cesta básica apresentou aumento de preço nos primeiros três meses do ano. Entre os itens com maiores altas, destaca-se o tomate, que ficou atrás apenas do café em termos de variação percentual. Com isso, o preço médio do tomate subiu 5,28% entre fevereiro e março, e acumulou uma alta de 26,80% no 1º trimestre de 2025, percentual muito acima da **inflação** do período, estimada em cerca de 2%.

O Dieese aponta que essa elevação tem relação com a redução da safra de verão, fenômeno que impactou também outras capitais brasileiras, onde o reajuste do tomate chegou a ultrapassar os 50%. Segundo as projeções, os preços devem continuar subindo nas próximas semanas.

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3122#book/>

# Mercado financeiro faz leves ajustes nas projeções (Artigo)

**Reuters**

Brasília - Analistas consultados pelo Banco Central fizeram ajustes leves em suas projeções para a **inflação** neste ano e no próximo, enquanto as expectativas em relação ao crescimento da economia brasileira e as previsões para a taxa de juros nos dois períodos ficaram inalteradas, de acordo com a pesquisa Focus divulgada ontem.

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, mostrou que a expectativa para o IPCA é de alta de 5,55% ao fim deste ano, abaixo da previsão de ganho de 5,57% na pesquisa anterior. Para 2026, a projeção para a **inflação** brasileira foi a 4,51%, de 4,5% há uma semana.

O centro da meta perseguida pelo BC é de 3%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda a previsão de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cresça 2,00% neste ano, mesma projeção da semana anterior. Em 2026, a expectativa de crescimento ficou estável em 1,70%.

Sobre a política monetária do Banco Central, houve manutenção na expectativa para a taxa básica de juros neste ano e no próximo.

A mediana das projeções para a Selic ao final de 2025 é de 15%, no que foi a 16ª semana consecutiva com essa expectativa, enquanto para o término de 2026 a previsão é de que a taxa atinja 12,50%. No momento, a Selic se encontra em 14,25% ao ano.

O resultado vem na esteira de mais uma semana marcada pelas preocupações com a guerra comercial entre Estados Unidos e China, com leve otimismo nos mercados diante da aparente mudança de tom dos dois países, à medida que seguem reagindo ao anúncio de tarifas pelo presidente norte-americano, Donald Trump.

Trump anunciou a implementação de uma taxa mínima de 10% sobre todas as importações dos EUA em 2 de abril, com alguns países recebendo tarifas mais altas

devido ao seu desequilíbrio comercial com a economia norte-americana.

Uma semana depois, Trump interrompeu as taxas "recíprocas" para a maioria dos países, mantendo em vigor a tarifa universal de 10%, mas as tensões com a China, por outro lado, continuaram a escalar.

Após trocas de retaliações Trump impôs taxa de 145% sobre os produtos chineses, enquanto Pequim respondeu com uma tarifa de 125%. Na semana passada, entretanto, Pequim isentou algumas das importações vindas dos EUA de sua mais recente taxa tarifária, gerando algum alívio entre investidores e analistas.

Na cena doméstica, os investidores analisaram dados do IPCA-15 na semana anterior, com a alta do índice voltando a desacelerar em abril, mas se mantendo pressionada pelos preços de alimentos e saúde, com a taxa em 12 meses ainda acima de 5% em meio ao ciclo de elevação da taxa de juros pelo BC.

O IPCA-15 subiu 0,43% em abril, após alta de 0,64% em março, ficando em linha com a expectativa em pesquisa da Reuters. Em 12 meses, o avanço acumulado chegou a 5,49%, de 5,26% em março e também em linha com a expectativa.

Câmbio - No Focus desta semana, houve ainda manutenção na expectativa para o preço do dólar no final de 2025 em R\$ 5,90 e queda ligeira da projeção para 2026 a R\$ 5,95, de R\$ 5,96 na semana anterior.

A divisa norte-americana acumula queda ante o real de 7,9% neste ano, em movimento puxado por um processo de correção de preço, após sua disparada no fim do ano passado, e maior incerteza em relação aos planos tarifários de Trump.

"No Focus desta semana, houve ainda manutenção na expectativa para o preço do dólar no final de 2025 em R\$ 5,90 e queda ligeira da projeção para 2026 a R\$ 5,95"

**Site:** <https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br>

# Tensão comercial alavanca preço do ouro

O preço do ouro está em uma escalada de recordes histórica em meio às incertezas da tensão comercial. Tradicional porto seguro em momentos de turbulência global, o metal está cotado, atualmente, por volta de US\$ 3,3 mil a onça. Instituições financeiras como o Goldman Sachs Group Inc. e o JP Morgan, entre outras, projetam uma alta para US\$ 4 mil até meados de 2026. Trata-se de um aumento de 100%, se considerar o valor em torno de US\$ 2 mil a onça em janeiro de 2024. O que pode acontecer é um momento de maior dificuldade de liquidez, segundo Gilberto Braga, economista e professor do MBA em finanças do Ibmecc.

"É sempre bom lembrar que existe o ouro físico e o ouro em contratos, e quem compra ouro em barra tem sempre a questão da guarda, da custódia, e isso pode ser um custo adicional indesejável. Por isso muitos preferem comprar contratos em que você se desincumbe dessa necessidade", diz Braga sobre os fundos de investimentos de ouro negociados em bolsa, os ETFs. Ele avalia que o metal continuará uma opção no futuro para investidores diluírem suas carteiras e riscos.

Otavio Costa, sócio da Crescat Capital, analisa que o ouro é a principal alternativa monetária fora do sistema fiduciário. "O movimento de acúmulo de ouro por bancos centrais, observado nos últimos anos, sugere o início de um novo ciclo estrutural de realocação estratégica de ativos por parte das autoridades monetárias", afirma. O Banco Popular da China adicionou ouro a suas reservas por cinco vezes consecutivas em março.

Só em 2025, o metal já escalou 26% no gráfico de investimentos. São saltos que o mercado entende como bem ancorados em fundações tangíveis e reais. Uma prova é uma pesquisa entre gerenciadores de fundos globais feita pelo Bank of America. Na sondagem, 42% afirmam que o ouro terá a melhor performance na classe de ativos.

Com 370 toneladas anuais, a China é disparado o maior produtor de ouro no mundo, seguida por Rússia, Austrália, Canadá e Estados Unidos. O Brasil aparece em 14o lugar. "O país tem um potencial muito grande ainda a ser alcançado", afirma Rodrigo Barbosa, CEO da Aura Minerals. Apenas 25% do território nacional possui dados geoquímicos, segundo dados do Serviço Geológico do Brasil (SGB). Isso significa que a pesquisa de ouro e outros minerais em áreas não mapeadas é mais complexa.

Com a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) e mecanismos de incentivo ao financiamento junto ao BNDES, os produtores avaliam que podem encontrar novas reservas de ouro. Ao mesmo tempo, players mundiais têm bons olhos para a produção brasileira. Barbosa lembra que a Aura vendeu o Projeto Serrote da Laje, em Alagoas, para o fundo britânico Appian Capital Advisory LLP, em 2018. Posteriormente, houve nova venda, para o grupo chinês Baiyin Nonferrous, por US\$ 420 milhões.

A Aura mira depósitos já descobertos. Entre pesquisar e descobrir ouro, leva-se de seis a oito anos. Somando a engenharia e construção, mais três ou quatro, totalizando perto de uma década. "Nosso jogo não é descobrir novos depósitos, não temos esse know-how. Gostamos de comprar os já descobertos, como o Borborema (RN), em 2022, em operação, e o Almas (TO), que desenvolvemos e colocamos capacidade de gestão, engenharia e balanço", diz Barbosa.

O preço do ouro em ascensão permite às mineradoras uma maior capitalização e condições de implementar mais investimentos. "Mesmo que o preço chegue a US\$ 4 mil a onça, você não consegue subir a produção rapidamente. Por isso que o ouro vale tanto: é muito difícil encontrá-lo e produzi-lo. Leva-se décadas para o mundo encontrar novos depósitos e, significativamente, aumentar a produção do metal", diz o CEO da Aura.

Outra mineradora com projetos grandiosos no Brasil é a britânico-peruana Hochschild Mining. A empresa comprou uma planta em Mara Rosa, Goiás, que no segundo trimestre de 2024 entrou em produção comercial e tem expectativa

"Acúmulo de ouro por BCs sugere novo ciclo de realocação de ativos"

Otavio Costa de tirar duas toneladas de ouro ao ano do local, em um investimento de R\$ 1 bilhão. Nesse entusiasmo, ela também adquiriu o projeto de mineração Monte do Carmo, em Tocantins, onde pretende aportar R\$ 1,4 bilhão na empreitada.

O ouro pode ser um investimento que alguns já acreditam em "fim de festa", como descreve o estrategista de mercado global Sameer Samana, da Wells Fargo Investment Institute. Mas, ainda assim, diante da fraqueza do dólar, aumento de expectativas com **inflação** e volatilidade das bolsas quanto à guerra

tarifária, é um investimento que oferece baixo risco em portfólios, como afirma ao Juan Carlos Artigas, global head of Rr-search do World Gold Council.

"A liquidação de ouro que o tradicionalmente robusto Departamento do Tesouro dos Estados Unidos fez no mercado no início de abril elevou a confiança dos investidores. O grande fluxo positivo dos ETFs de ouro - que somaram este ano até o momento US\$ 30 bilhões, com somente US\$ 9 bilhões nas duas primeiras semanas de abril -, continuarão atraindo, e muito, acredito, os investidores para o metal", afirma Artigas.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188180?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188180?page=1&section=1)**